

# ANÁLISE DA REFORMA TRIBUTÁRIA

ANO 4 • 100<sup>a</sup> EDIÇÃO

BRASÍLIA,  
25 DE MAIO DE 2023

representa<sup>coop</sup>

 Sistema OCB  
CNCOP | OCB | SESCOOP

somos<sup>coop</sup>



## Novo Arcabouço Fiscal prospera na Câmara dos Deputados

A última semana legislativa foi tomada por deliberações acerca do Projeto de Lei Complementar que substituirá o Teto de Gastos e pretende estabelecer uma nova âncora fiscal.

Maior prioridade do governo federal nesse início de mandato, **o Novo Arcabouço Fiscal** (também conhecido como Regime Fiscal Sustentável) permitirá que o Poder Executivo possa aumentar o fluxo de dispêndios em políticas públicas, com o compromisso de estabilização do déficit primário e da dívida pública no médio prazo.

**O Novo Arcabouço fiscal é peça fundamental para a continuidade da tramitação da Reforma Tributária**, pois guiará o governo sobre a trajetória da dívida pública e a necessidade de novas fontes fiscais, o que balizará a tramitação da Reforma Tributária nos próximos meses.

Acompanhe nas próximas páginas.



# Teto de Gastos X Regime Fiscal Sustentável – linhas gerais

## Teto de Gastos

- Implantado em 2016 sob um contexto de grave crise econômica e de explosão do déficit público.
- Fixa os limites das despesas primárias dos órgãos do público, com **correção anual de, no máximo, a variação da inflação (IPCA)**.
- **Elogios ao Teto:** garante recomposição do déficit fiscal e dá confiança para investimentos externos no país.
- **Críticas ao Teto:** a possibilidade de correção do limite de despesas apenas pelo IPCA leva à precarização dos serviços públicos e à redução da capacidade de resposta do Estado em situações de emergência, como foi a pandemia.

## Regime Fiscal Sustentável

- Idealizado pelo atual governo federal, tem por objetivo substituir o Teto de Gastos, **flexibilizando a possibilidade de aumento dos gastos públicos**.
- Limita o crescimento dos gastos públicos a 70% do crescimento real da arrecadação do governo, caso a meta de resultado das contas públicas seja cumprida (exemplo: se a arrecadação subir 2%, a despesa poderá aumentar até 1,4%). Caso a meta do ano não seja cumprida, o crescimento real dos gastos fica limitado a 50% do crescimento da arrecadação.
- Mesmo que arrecadação do governo cresça muito, será necessário respeitar um intervalo no crescimento dos gastos, variando entre 0,6% e 2,5%, mais inflação.
- Se as receitas não avançarem como projetado, o governo será obrigado a contingenciar despesas. Se mesmo contingenciando despesas o governo não conseguir cumprir as metas fiscais (zerar déficit em 2024 e ter superávit em 2025 e 2026), gatilhos de contenção de gastos serão acionados.
- **Elogios ao Regime Fiscal:** possibilita maior flexibilidade nos gastos, garantindo a manutenção de políticas públicas.
- **Críticas ao Regime Fiscal:** analistas indicam que sua aplicabilidade só é possível com o aumento da arrecadação.

## Como foi a votação do Novo Arcabouço?

O texto do Novo **Arcabouço** foi aprovado na Câmara dos Deputados por **372 votos a favor e 108 contra**, o que indicou uma margem ampla de votos favoráveis. A votação foi o primeiro “teste de fogo” do Poder Executivo eleito em 2022 e demonstrou várias características de como está a conjuntura da base aliada governamental no Legislativo:



Toda a bancada do PSOL e Rede, que compõem a base aliada, votou de forma contrária à proposta.



Partidos que ocupam ministérios, mas que não estão tão próximos da base aliada (MDB, PSD e União Brasil) entregaram ampla margem de votos favoráveis (122 a favor e apenas 12 contrários)



O Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, saiu fortalecido da votação, após conseguir convencer parlamentares da oposição a também votar a favor do texto (O PL entregou 30 votos favoráveis).



A votação também demonstrou um perfil mais fiscalista do Congresso Nacional. Foram incluídos dispositivos que tornaram o arcabouço mais restritivo, a exemplo da possibilidade de contingenciamento de investimentos.

## O que a votação do Novo Arcabouço representa para o coop

O Novo Arcabouço é um conjunto de dispositivos que tem como objetivo deixar claro para a sociedade em geral a estratégia de como o governo pretende equilibrar e manter sob controle as contas públicas, e ainda realizar investimentos nos próximos anos. O principal balizador dessas normas é a fixação de uma trajetória consistente para o resultado primário do Governo Central. **Desta forma, a aprovação da proposta pode levar aos seguintes desdobramentos possíveis.**

### CENÁRIO POSITIVO:

- Governo consegue manter a trajetória da dívida de forma saudável, resultando em maior disponibilidade orçamentária e possibilitando a suplementação de recursos em políticas públicas de interesse do cooperativismo.
- O controle dos gastos gera um aumento da confiança no país, resultando em crescimento das exportações, consumo interno e investimento.
- Com as contas públicas controladas, há espaço para a redução da taxa básica de juros, aquecendo ainda mais a economia.

### CENÁRIO NEGATIVO:

- Analistas indicam que as metas de crescimento da arrecadação só são exequíveis caso haja um grande aumento de tributos, o que desestimularia a atividade do setor privado.
- É possível que uma flexibilização dos gastos públicos em um cenário de grande endividamento bruto possa causar um descontrole da dívida, o que reduziria a classificação de risco do país e afugentaria investimentos.
- Por fim, um descontrole nos gastos também pode incorrer em aumento expressivo da inflação, minando o poder de consumo das famílias.

## Próximos passos e Reforma Tributária

O novo arcabouço ainda passará pelo crivo do Senado Federal para ser oficialmente aprovado e há a perspectiva de que não haja grandes óbices para sua aprovação. Nesse contexto, **a Reforma Tributária caminha em compasso de espera nas últimas semanas e terá a definição sobre os rumos de sua tramitação após a votação do Arcabouço Fiscal**. O Grupo de Trabalho responsável pela Reforma Tributária na Câmara dos Deputados solicitou a dilatação do prazo dos trabalhos até o dia 05 de junho e ainda não há uma proposta oficial sobre o texto a ser apresentado pelo GT. **O Sistema OCB permanece atento e atuante para garantir o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo.**

Acesse as edições anteriores. 

Acompanhe nosso trabalho em:



sistemaocb